

## Nota Editorial

Este número da *Ciência & Trópico* traz ao público inovadoras contribuições de estudos e pesquisas multidisciplinares em sua abordagem, mas, deliberadamente convergentes em seu foco. O propósito dos editores foi iluminar a discussão de aspectos centrais, em meio àquilo que se atém às preocupações das Políticas Públicas no Território. Nada aconteceu à toa, sendo esse o foco temático do proponente desta coletânea, o INCT em Políticas Públicas e do Desenvolvimento Territorial (INPuT), mas caso seja oportuno intitular este conjunto de contribuições apostaríamos nas Abordagens, Contextos e Escalas de Política, Planejamento e Gestão Territoriais.

O volume aborda assim escalas, centralidades territoriais, municipalismo, metropolização, instrumentos de planejamento e modelos de governança multiníveis, regularização e informalidade, vistos como temas e desafios contemporâneos ao planejamento territorial na pós-modernidade.

Numa tessitura que buscou contribuir com o propósito de realçar a internacionalização do debate, o resultado conta com aportes e reflexões atuais de pesquisadores, professores e gestores de instituições estrangeiras como o Instituto de Estudos Regionais e Metropolitanos de Barcelona e o Instituto de Governo e Políticas Públicas, ambos da Universidade Autônoma de Barcelona, na Catalunha/Espanha; da Universidade Nacional Arturo Jauretche e da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade Nacional de La Plata, na Argentina; da Escola Superior de Arquitetura da Universidade de Sevilha, também na Espanha; da Universidade de Irvine, na Califórnia/Estados Unidos; além das contribuições que vieram do INCT em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial (INPuT), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), da Pernambuco Participações e Investimentos S/A (PERPART) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

O foco de convergência dos trabalhos bem delimita as condições de produção das cidades na contemporaneidade, à luz de uma preocupação acerca dos desafios, responsabilidades e perspectivas que as conformam e conduzem, sem ignorar a complexidade que lhes é indissociável. Tendo como perspectiva a reinvenção permanente do urbano sob o prisma da sustentabilidade, da justiça social e de uma educação emancipadora, foram observadas experiências na América Latina, incluindo casos das regiões Norte e Nordeste do país, e na Europa, especialmente na Catalunha e na Alemanha, abarcando questões locais, metropolitanas e regionais, transitando entre diferentes escalas territoriais e de governança multinível. Tal oportunidade de uma visão multiescalar nos confirmou o alerta à necessidade de compreender os processos temporários e outros permanentes de escalonamento e reescalamento, tal como defendida pelo *Urban Theory Lab*, da *Harvard Graduate School of Design*, propondo a compreensão do que é nomeada urbanização planetária, a partir de uma teoria urbana crítica.

Assim, a abordagem analítica aqui presente parte da noção de multiescalaridade como contraponto à noção de escala fixa, a da cidade regulada urbanisticamente, que precisa estar conectada a outras escalas para o ordenamento e o planejamento territorial. Há um desafio posto aos instrumentos de regulação e, por conseguinte, à gestão municipal, metropolitana e regional.

Por um lado, há contribuições que apontam para discussões importantes a serem travadas acerca do papel dos Municípios, pois com capacidade reduzida para a gestão territorial (urbana e rural), acabam apostando na dinamização dos circuitos de agentes empreendedores para o enfrentamento de sua crise fiscal. Há uma defesa do “municipalismo do bem comum”, a ser construído em cada contexto histórico e geográfico; em paralelo, é reconhecido o grande desafio perfilados em cinco eixos de ação, a saber: democracia participativa, economia cooperativa, direitos sociais e autonomia, cotidianidade sustentável e vínculos de solidariedade. Nessa perspectiva, alerta-se para a compreensão do território municipal de forma mais integrada, envolvendo o entendimento das relações entre espaços urbanos e não-urbanos, dos ativos ambientais e da sociobiodiversidade presente no município.

Na outra mão, vislumbra-se ainda a construção de uma governança interfederativa, mediados por instrumentos de controle que sejam capazes de transbordar os limites municipais, a partir de uma abordagem política, institucional e financeira, mas de nível transescalar. Tal necessidade tem se evidenciado face à abertura de novas frentes de reprodução do capital ainda muito mais globalizado e financeirizado, articuladas com setores imobiliários e outros setores produtivos, configurando muitas vezes um quadro de “hobbesianismo municipal desenfreado” e de “descentralização federativa tutelada”.

O olhar sobre o território se mescla ao olhar sobre o tempo, num exercício de buscar compreender as mudanças pelas quais passam as políticas públicas desde o pós-guerra, com a estruturação do Estado do Bem-Estar Social até o período mais recente, pós-1970, quando mudanças na esfera sócio-técnico-produtiva afetam o entendimento sobre o papel do Estado e o desenho das políticas públicas, como nos mostra a reflexão específica sobre as políticas públicas de saúde, na qual as discussões em torno das escalas e da universalização do atendimento se mesclam com perspectivas que dialogam com as políticas de proximidade.

Duas contribuições sobre a escala metropolitana trazem experiências muito distintas no que diz respeito às características dos processos de urbanização no centro e na periferia globais, nos quais jogam papéis muito diferentes as concepções sobre as formas sociourbanas resultantes desses processos em face das estruturas de governança urbana e metropolitana. Nesse sentido, a contraposição entre a escala mais compacta de urbanização, prevalente na Alemanha, e os processos de urbanização mais acelerados e espalhados, característicos das metrópoles latino-americanas, revela diferentes perspectivas sobre questões como o acesso à infraestrutura urbana, a qualidade socioambiental e as (des)economias de aglomeração, os quais acabam por refletir os diferentes arranjos regulatórios e de governança urbano-metropolitana existentes.

O olhar sobre as cidades brasileiras, resultante de um processo de urbanização marcado por tensões, desequilíbrios em termos da força e do poder dos atores sociais e dos agentes econômicos e políticos existentes, acaba girando em torno dos efeitos socioespaciais concretos de uma urbanização seletiva e excludente, onde a formalidade e a informalidade convivem e ensejam uma ampla agenda de regularização fundiária, onde os assentamentos de baixa renda impõem ou ao menos demandam uma gramática de direito própria e onde as políticas públicas estão permanentemente pressionadas por lidar com os efeitos perversos dos processos de produção do espaço, sem lidar com os elementos estruturantes das lógicas que governam e controlam essa produção.

Completando este volume de reflexões que buscam problematizar a relação entre as políticas públicas e o desenvolvimento territorial em diferentes escalas e perspectivas, há uma contribuição que olha para um antigo instrumento de promoção do desenvolvimento regional e indaga sobre suas possibilidades de reinvenção, reconhecendo os méritos de uma já longa trajetória baseadas em incentivos fiscais, mas deixando aberto o desafio de buscar ir além das medidas de cunho tributário para se promover, de fato, um desenvolvimento local/regional sustentável que beneficie efetivamente toda região amazônica brasileira.

Ainda que guardando a especificidade de cada reflexão, há uma história sendo contada. Nessa história, não há escala privilegiada. Não há esfera que se sobreponha à outra. Transita-se entre o local e global e busca-se compreender as possibilidades de se promover a governança territorial multinível, envolvendo atores e agentes de diferentes origens e filiações, numa concertação que tem no *território* sua principal referência, seu ponto de partida, seu ponto de chega, o território vivo, com suas pessoas, cidades, culturas, riquezas e também seus desafios. Há uma inteligência no território e qualquer ação no território deve ser igualmente inteligente, estratégica, inclusiva e ancorada no reconhecimento de suas possibilidades.

A composição desse conjunto singular de contribuições se deveu à colaboração de autores com os quais nós, editores, temos uma dívida de gratidão. Deixamos nossos sinceros agradecimentos a Ricard Gomà, Arnaldo Medina, Patrício Narodowski, Andreas Hildenbrand, Antônio Jucá, Sande Nascimento, Renato Balbim, Cleandro Krause, Alex Magalhães, José Celso Cardoso e Kamyle Medina. Somos gratos pelas colaborações e pela rica interlocução que podemos estabelecer.

A importância dessa publicação entregue pela Fundaj está reforçada pelo seu interesse estratégico de integrar, como projeto de Rede Nacional no âmbito do Programa Institucional (PI5) Educação, Governança e Sustentabilidade, o INCT Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial (INPuT)/IPEA. E, dentre as diretrizes do INPuT, em suas diversas linhas de pesquisa, a oportunidade de trazer as reflexões aqui reunidas contribui para o cumprimento de seus objetivos, fazendo deste número da Ciência & Trópico uma referência para as instituições e os pesquisadores que nele atuam.

Os esforços na realização dessa proveitosa parceria entre a Fundaj e o INPuT/IPEA estão na via da promoção da pesquisa, do intercâmbio de conhecimento em torno de temas afinados e da ampliação da rede a um nível internacional. A proposição de projetos compartilhados e de acordos de cooperação interinstitucional surgirá, certamente, como consequência desejada para ambas as instituições, bastante favorecida pelos canais abertos de comunicação.

Editores convidados

***Marco Aurélio Costa***

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

***Cátia Wanderley Lubambo***

Fundação Joaquim Nabuco